



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

SF/20044.39287-92

MEDIDA PROVISÓRIA N° 927, DE 22 DE MARÇO DE 2020

“Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências”.

EMENDA SUPRESSIVA N° /2020

Suprime-se o artigo 2º da Medida Provisória nº 927/2020.

JUSTITICAÇÃO

A Medida Provisória nº 927/2020, ao dispor sobre medidas trabalhistas para o enfrentamento do estado de calamidade pública decorrente do coronavírus, trouxe dispositivo claramente inconstitucional ao buscar conferir ao acordo individual escrito entre empregador e empregado o poder de se sobrepor às normas legais e coletivas relativa ao trabalho.

O art. 2º da MP nº 927/2020 previu que “durante o estado de calamidade pública a que se refere o art. 1º, o empregado e o empregador poderão celebrar acordo individual escrito, a fim de garantir a permanência do vínculo empregatício, que terá preponderância sobre os demais instrumentos normativos, legais e negociais, respeitados os limites estabelecidos na Constituição”.

Nossa Constituição não traz, nem nos artigos 7º e 8º, nem em quaisquer outros dos seus dispositivos, essa possibilidade de prevalência de acordos individuais sobre lei e convenções e acordos coletivos de trabalho, o que acaba por inverter e desobedecer totalmente a pirâmide normativa do Direito do Trabalho no ordenamento jurídico brasileiro.

Além disso, o artigo em questão não traz qualquer restrição de matérias passíveis de negociação individual, o que, em momentos de uma crise sem precedentes como essa, com



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PAULO PAIM

amplo potencial de geração de desemprego, pode ocasionar o afastamento de inúmeros direitos assegurados em normas coletivas e pela legislação trabalhista.

Se até mesmo a negociação coletiva possui inúmeras limitações constitucionais e legais, ao acordo individual escrito não se pode permitir a supressão de direitos decorrentes de negociação coletiva e de normas legais. Ao possibilitar essa prevalência, o artigo 2º da MP 927/2020 incorre em patente inconstitucionalidade devendo ser suprimido.

Dessa forma, propomos a supressão deste dispositivo a fim de evitar aprovação de norma que colide frontalmente com a Constituição da República.

Sala da Comissão,

Senador Paulo Paim
PT/RS

SF/20044.39287-92